

O CORPO COMO MANIFESTO: JUVENTUDES NEGRAS, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E REEXISTÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-287>

Data de submissão: 19/04/2025

Data de publicação: 19/05/2025

Sebastião Carlos dos Santos Carvalho

Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Departamento de Educação, Campus XII – Guanambi-BA

Rodrigo Ednilson de Jesus

Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Pós-doutor pela Universidade de Coimbra, UC, Portugal; Professor Adjunto da Fae/UFMG

RESUMO

Este artigo investiga os impactos das políticas de ações afirmativas na corporeidade de estudantes negros e negras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a partir de uma abordagem qualitativa e decolonial. Fundamentado em autores como Frantz Fanon, Nilma Lino Gomes, Stuart Hall, Kabengele Munanga e Kimberlé Crenshaw, o estudo busca compreender o corpo negro a partir de suas memórias resistência e insurgências. Por meio da metodologia dos Mapas Corporais Narrados, foram analisadas imagens e narrativas de estudantes ingressantes pelo sistema de cotas raciais. As análises revelam processos de autoafirmação estética, reconfiguração da autoestima e ressignificação política do corpo, indicando que o acesso à universidade, associado às políticas de ações afirmativas, transcendem a dimensão acadêmica e incidem diretamente sobre as subjetividades e identidades dos sujeitos. Percebe-se um avanço nos processos de emancipação estética e epistêmica, desafiando os padrões eurocentrados e racialmente normativos que estruturam o espaço universitário e a sociedade. Conclui-se que a presença negra nas universidades públicas, sustentada por políticas afirmativas, tem transformado os corpos em epistemologias vivas inscrevendo novas possibilidades de existência, ensino e produção de conhecimento.

Palavras-chave: Corporeidade negra. Ações afirmativas. Estética. Mapas Corporais. Decolonialidade.

1 INTRODUÇÃO

A implementação das políticas de ações afirmativas no Brasil tem se configurado como um marco histórico fundamental no combate ao racismo estrutural e institucional, especialmente nas universidades públicas. Em se tratando da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), essas políticas apresentam características singulares e pioneiras, assegurando o acesso ao ensino superior a grupos historicamente marginalizados. A UNEB, destacando-se pela multicampia e por sua abrangência social, reserva atualmente 40% das vagas para pessoas negras, além de sobrevagas específicas para indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transgêneros e travestis, representando um importante avanço rumo à equidade social.

Observa-se, entretanto, que estas medidas transcendem o simples acesso à universidade, provocando profundas transformações identitárias e culturais nas vidas dos estudantes envolvidos(as), especialmente jovens negros e negras. Esses sujeitos ingressam em espaços tradicionalmente hegemônicos e historicamente pautados por padrões eurocêntricos de beleza e comportamento, enfrentando diretamente as dinâmicas racistas, estruturantes e sistêmicas que silenciosamente permeiam suas vivências universitárias. Nesse sentido, torna-se imprescindível investigar como essas políticas têm impactado a corporeidade dessas pessoas, considerando que o corpo negro é historicamente marcado por uma série de estigmatizações, invisibilidades e opressões.

O corpo, como categoria analítica central, revela-se neste contexto um campo fértil e urgente para pesquisas que se posicionem contra a lógica colonial que ainda estrutura grande parte das práticas sociais e acadêmicas. Essa investigação se inspira teoricamente nas reflexões de autores críticos e decoloniais como Frantz Fanon, Kimberlé Crenshaw, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, dentre outros, cujas contribuições emergem para compreendermos as complexidades da construção da identidade negra e das suas representações corpóreas na contemporaneidade.

Há aqui, portanto, uma proposta de averiguar criticamente como as ações afirmativas têm inferido nas percepções estéticas, as práticas cotidianas e a imagem corporal dos estudantes negros e negras da UNEB. Utilizando a metodologia reestruturada dos Mapas Corporais Narrados, aqui chamada apenas de Mapas Corporais, o estudo busca desvelar não apenas as mudanças físicas e visíveis, mas especialmente aquelas subjetivas e simbólicas, revelando como os corpos são simultaneamente espaços de resistência, afirmação e emancipação frente ao racismo estrutural ainda vigente na sociedade brasileira.

Pretende-se com esse estudo não só contribuir para o fortalecimento das políticas afirmativas, mas principalmente evidenciar a importância vital de uma educação universitária comprometida com

a valorização da diversidade corporal e étnico-racial, capaz de promover transformações reais e duradouras nas estruturas sociais que ainda insistem em marginalizar corpos negros.

2 OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo central é aprofundar a compreensão dos impactos das políticas de ações afirmativas sobre a corporeidade, estética corporal e imagem pessoal de estudantes negros e negras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especificamente, busca-se:

Sistematizar e analisar as mudanças percebidas e narradas pelos(as) estudantes quanto à sua estética corporal, autoimagem e práticas sociais cotidianas após seu ingresso na universidade por meio das ações afirmativas.

Discutir criticamente como essas transformações são relacionadas pelos(as) estudantes às suas trajetórias acadêmicas e vivências sociais, considerando aspectos como escolhas de estilos de cabelo, vestimentas, uso de maquiagem, tatuagens, expressões corporais diversas, transcendendo para a religiosidade, sexualidade e, de certo modo, chegando até sua existência no mundo.

Investigar, a partir das imagens pessoais disponibilizadas e narradas pelos(as) próprios(as) participantes nos encontros metodológicos, como as políticas de ações afirmativas atuam no empoderamento e valorização das identidades étnico-raciais, promovendo autoaceitação, autoestima e visibilidade positiva da corporeidade negra.

Consolidar a metodologia dos "Mapas Corporais", aplicada a partir das imagens e narrativas pessoais dos(das) estudantes, destacando sua eficácia qualitativa para captar visual e discursivamente as transformações corporais e identitárias vivenciadas pelos(as) discentes.

Contribuir para a ampliação das reflexões sobre políticas afirmativas no contexto universitário, visando fomentar uma cultura acadêmica mais inclusiva, plural e democrática, capaz de valorizar efetivamente as diversidades corporais e étnico-raciais.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão das transformações corporais e identitárias vivenciadas pelos(as) estudantes negros e negras após o ingresso na universidade via ações afirmativas ou não, exige um olhar atento às complexas relações entre racismo, colonialidade/colonialismo e corporeidade. Para isso, é essencial entender o corpo negro não apenas como objeto passivo de discursos dominantes, mas também como agente ativo de resistência e reconstrução identitária.

Ao abordarmos a corporeidade negra, inevitavelmente dialogamos com Frantz Fanon (2008), que destaca como o colonialismo e o racismo impregnam profundamente as experiências subjetivas e

corpóreas das pessoas negras, influenciando diretamente sua autoimagem e percepção do mundo. Nesse sentido, o corpo se torna um território onde as marcas do racismo se inscrevem, mas também um espaço de resiliência e afirmação identitária.

Envieando este diálogo, Kabengele Munanga (2019) nos provoca a refletir sobre o racismo estrutural no contexto brasileiro, chamando atenção para o modo como as práticas racistas cotidianas afetam diretamente a existência social e corporal das pessoas negras. A visão crítica de Munanga nos auxilia a entender por que determinados corpos são estigmatizados e excluídos, ressaltando a necessidade urgente de romper epistemologicamente com a lógica colonial que marginaliza, inferioriza e por vezes tenta apagar/destruir corpos e identidades negras.

Nilma Lino Gomes (2006, 2017) contribui de maneira significativa para esta reflexão ao enfatizar que as intervenções estéticas nos corpos negros ultrapassam questões meramente visuais ou superficiais. Para Gomes, essas intervenções são estratégias fundamentais de afirmação identitária e resistência cultural, possibilitando que indivíduos e grupos historicamente silenciados expressem suas subjetividades, identidades e experiências.

A interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (1991), é também central para esta análise, pois permite captar a complexidade das experiências vivenciadas pelos(as) estudantes. Crenshaw nos lembra que gênero, raça e classe não operam isoladamente, mas de maneira interconectada, amplificando desafios e discriminações, especialmente em corpos femininos negros. Assim, esta perspectiva fortalece nossa compreensão das narrativas corporais compartilhadas principalmente pelas estudantes.

Importante frisar o diálogo com Eduardo Oliveira Miranda (2020) e Tarcízio Silva (2019) reforçando a nossa compreensão crítica sobre a descolonização das práticas e representações estéticas. Ambos alertam para a urgência de desconstruir saberes coloniais que sustentam exclusões e preconceitos, propondo que a valorização das diversidades corporais e estéticas seja vista como um ato político transformador e necessário. Os autores referenciam ainda as questões ligadas às redes sociais e sua interferência na construção da corporeidade e identidade da juventude.

Nesse contexto de desvelamento, manifesto e afirmação da corporeidade negra, Stuart Hall (2016) traz importantes contribuições ao refletir sobre a identidade como um processo dinâmico e contínuo, atravessado por representações culturais e relações de poder. Para Hall, a identidade negra não é estática nem essencializada; pelo contrário, é construída e reconstruída em contextos históricos específicos, frequentemente em resposta às condições adversas impostas pelo racismo e pela colonialidade.

As recentes insurgências e emergências estéticas e corporais das pessoas negras podem/devem ser compreendidas como manifestações concretas desse processo dinâmico e político descrito por Hall. Trata-se de movimentos coletivos e individuais que buscam desconstruir padrões eurocêntricos de beleza, reivindicando novos espaços sociais e simbólicos. Essas atitudes e comportamentos são fundamentais, pois carregam consigo a potência de confrontar diretamente o racismo cotidiano e estrutural, ressignificando, inclusive através da estética, o corpo negro como expressão legítima de diversidade e beleza (Hall, 2016).

Essa insurgência estética é notável nas práticas cotidianas dos estudantes universitários que, ao ingressarem nos espaços acadêmicos tradicionalmente ocupados por corpos brancos, enfrentam desafios e tensionamentos constantes. Contudo, é precisamente nesses desafios que surgem novas oportunidades de autoafirmação e empoderamento. As escolhas cotidianas relacionadas ao cabelo, vestuário, bijuterias, turbantes, adereços, tatuagens e modos de ocupar os espaços acadêmicos são, portanto, atos políticos conscientes que desafiam diretamente as narrativas hegemônicas (Gomes, 2017).

Por fim, cabe ressaltar que esses processos não são apenas reações ao racismo, mas também constituem uma afirmação/construção positiva das identidades e subjetividades negras. Através dessas práticas corporais e estéticas, os(as) jovens universitários(as) negros e negras criam formas autônomas e emancipatórias de existência, enfrentamento e resistência revolucionária, fortalecendo uma identidade que celebra suas origens, ancestralidades e potencialidades, contribuindo assim para uma mudança profunda nas relações sociais e culturais dentro e fora dos espaços acadêmicos (Miranda, 2020; Silva, 2019).

4 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na epistemologia decolonial e ancorada na fenomenologia da percepção. A escolha metodológica se alinha à necessidade de explorar, a partir das experiências vividas, as transformações na corporeidade de estudantes negros e negras após o ingresso na universidade via políticas de ações afirmativas. A construção do conhecimento, aqui, emerge de narrativas que entrelaçam corpo, memória e história, incorporando os sentidos atribuídos à estética corporal como expressões de resistência, pertencimento e emancipação.

A técnica dos Mapas Corporais Narrados foi adaptada e utilizada como instrumento central de produção de dados. Diferente da proposta original de Gastaldo et al. (2012), que utilizava o desenho do corpo em tamanho real para expressar experiências, optou-se aqui pela utilização de imagens pessoais – fotografias e vídeos – trazidas voluntariamente pelos próprios participantes. Essas imagens

foram apresentadas durante encontros presenciais, mediados por rodas de conversa e escuta ativa, nas quais os participantes narraram suas trajetórias, experiências e percepções sobre as mudanças em seus corpos e modos de ser.

Os encontros aconteceram em formato de oficinas, organizadas de maneira a favorecer o diálogo, a espontaneidade e a partilha entre os participantes. O ambiente coletivo e horizontal contribuiu para o fortalecimento de vínculos e a emergência de narrativas potentes, atravessadas por afetos, tensões e descobertas. As oficinas permitiram aos participantes refletirem criticamente sobre sua autoimagem, seus processos de autoaceitação e os impactos concretos das ações afirmativas em suas estéticas corporais, subjetividades e projetos de vida.

A seleção dos participantes se deu por convite, considerando estudantes negros e negras, de diferentes gêneros, matriculados ou egressos da UNEB – Campus XII, que ingressaram por meio do sistema de cotas raciais. O critério de inclusão também considerou a disponibilidade e o desejo de contribuir com a pesquisa de forma voluntária e ética, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise dos dados seguiu a técnica de análise temática de conteúdo (Bardin, 2011), articulando os relatos orais, os registros visuais e os elementos simbólicos emergentes nos encontros. Essa triangulação de fontes e expressões permitiu compreender as múltiplas dimensões do corpo enquanto território político, histórico e cultural. A metodologia adotada valoriza, sobretudo, a escuta sensível e a centralidade da narrativa negra como forma de enunciação epistemológica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas colhidas durante as oficinas revelam a força simbólica e política do corpo negro como lugar de enunciação, disputa e ressignificação. Ao compartilhar suas imagens e histórias, os participantes expuseram, com intensidade e sensibilidade, as marcas da exclusão e da negação social de suas estéticas corporais, mas também evidenciaram processos vigorosos de resgate e afirmação de si, mediados pelo ingresso na universidade pública através das ações afirmativas.

Em muitas falas, a entrada na UNEB é descrita como um marco temporal: um "antes" e um "depois". O antes é atravessado por silêncios, por tentativas de ocultamento, por tentativas de adaptação a padrões hegemônicos de beleza que não reconhecem os traços negros como legítimos. O depois aparece como possibilidade de deslocamento e emancipação. O uso do cabelo natural, as roupas coloridas, os piercings, as tatuagens e até mesmo os gestos corporais — o caminhar, o dançar, o modo de sentar — são ressignificados como formas de autoexpressão e autoafirmação.

Um dos elementos recorrentes nos depoimentos foi o sentimento de liberação associado à mudança na relação com o próprio cabelo. Diversos participantes relataram a transição capilar como gesto político, como ruptura com um imaginário que associa beleza à branquitude. Essa decisão, muitas vezes difícil e atravessada por inseguranças, ganhou força dentro do espaço universitário, onde outros corpos negros se tornaram espelho e referência. Como bem aponta Gomes (2006), a intervenção no cabelo e no corpo é mais que vaidade — é construção identitária e enfrentamento simbólico das violências cotidianas.

As oficinas também operaram como espaços de escuta e reconhecimento. Muitos estudantes afirmaram que nunca haviam tido a oportunidade de olhar para suas imagens com esse grau de intencionalidade, nem de narrar suas trajetórias corporais em um ambiente de acolhimento e partilha. A técnica dos Mapas Corporais, ao mobilizar imagens reais dos participantes, mostrou-se potente na evocação de memórias e na articulação crítica entre estética e experiência. Nesse sentido, o método não apenas gerou dados, mas também provocou deslocamentos subjetivos nos sujeitos da pesquisa.

Três categorias analíticas emergiram de forma marcante nas análises:

5.1 AUTOAFIRMAÇÃO ESTÉTICA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

Essa categoria se evidencia nas narrativas que tratam do orgulho em exibir traços fenotípicos negros, como os cabelos crespos, os narizes largos, as bocas volumosas, e as tonalidades de pele. Uma das participantes destacou: "Hoje eu não só deixo meu cabelo natural, eu enfeito ele, eu uso ele como coroa. Antes, eu só queria alisar e esconder. Agora, é minha identidade." Esse relato é representativo de muitos outros que descrevem a estética como território de conflito, mas também de reinvenção.

Outra estudante compartilhou: "As pessoas me olhavam diferente quando comecei a usar turbante. Teve quem dissesse que eu parecia uma africana. Eu dizia: sim, e isso é lindo." A adesão a elementos estéticos de matriz africana é assumida, nessas narrativas, como gesto político. O corpo passa a ser lido — e construído — como instrumento de afirmação histórica e cultural. Não se trata apenas de aceitar o corpo que se tem, mas de reconfigurá-lo a partir de novos significados.

Também emergiram críticas aos padrões normativos de beleza impostos pelos meios de comunicação e internalizados desde a infância. Como apontou um dos entrevistados: "Na escola, sempre fui o 'feio'. Só depois que entrei na universidade é que comecei a me ver bonito. Aqui, encontrei gente que se parece comigo." Essa reconfiguração do olhar sobre si mesmo é central para o processo de emancipação estética e subjetiva.

Nesse sentido, o corpo estético deixa de ser um corpo que precisa ser corrigido ou disfarçado, para se tornar um corpo celebrado, visível e desejável. Essa passagem do corpo camouflado ao corpo

exposto e exaltado configura um deslocamento subjetivo que tensiona os limites do aceitável socialmente e politicamente.

5.2 DESLOCAMENTO IDENTITÁRIO E RECONFIGURAÇÃO DA AUTOESTIMA

Os relatos apontam para a experiência de reconstrução subjetiva mediada pela coletividade negra no espaço universitário. Um estudante afirmou: "Quando entrei na UNEB, vi gente parecida comigo, falando de cabelo, de corpo, de negritude. Aí fui entendendo que não era só eu que me sentia assim. Isso me deu força." O reconhecimento mútuo, segundo Hall (2016), é uma das formas mais potentes de produção identitária.

Essa força coletiva aparece também em outro depoimento: "As meninas do meu curso faziam questão de elogiar umas às outras. A gente se dava força pra usar o cabelo crespo, pra se vestir do nosso jeito. Isso mudou tudo pra mim." A estética, nesse contexto, não é individualizada; ela é compartilhada, legitimada e fortalecida pela convivência em rede.

Outro aspecto que emerge fortemente é a sensação de pertencimento racial, muitas vezes experimentada pela primeira vez no contexto universitário. "Antes da UNEB, eu nem me considerava negro. Não que eu negasse, mas nunca tinha pensado nisso. Aqui, entendi que minha cor também é minha história." Trata-se de uma reeducação identitária que reorganiza o modo como o sujeito se enxerga e se posiciona socialmente.

Essa reconfiguração da autoestima também se reflete na forma como os estudantes passaram a se expressar corporalmente. O andar mais firme, o olhar direto, a recusa ao pedido de "alisar o cabelo só pra entrevista" são exemplos de uma nova relação com o próprio corpo, agora atravessada por afirmação e não mais por concessão.

5.3 CORPO COMO TERRITÓRIO DE MEMÓRIA E PROJEÇÃO POLÍTICA

A terceira categoria revela como o corpo é investido de memórias afetivas e de projetos políticos, tornando-se arquivo vivo e manifesto. Uma das colaboradoras relatou: "A tatuagem que fiz no braço é o nome da minha avó. Ela foi quem me ensinou a ter orgulho de quem sou. Carregar isso no corpo é mais do que homenagem. É política."

As imagens compartilhadas reforçaram esse lugar do corpo como espaço de inscrição de narrativas. Fotografias antigas acompanhadas de relatos emocionados demonstraram como, ao revisitá-las, os estudantes também revisitavam suas histórias, dores e conquistas. "Essa foto aqui eu odiava. Hoje, ela me emociona. Nela eu já era quem sou agora, só não sabia ainda."

Além das tatuagens e registros fotográficos, o modo como os estudantes passaram a ocupar espaços públicos também foi mencionado como uma forma de política corporal. "Eu fazia de tudo pra passar despercebido. Hoje eu chego e ocupo. Minha presença é política." Esse gesto de ocupar o espaço com intencionalidade e orgulho é parte da recusa ao apagamento histórico e estético.

Por fim, há o corpo que dança, que canta, que se ornamenta e que reivindica ancestralidade como potência viva. Como afirmou uma participante: "Meu corpo é o que minha mãe e minha bisavó deixaram pra mim. E ele é bonito, mesmo que o mundo tente dizer o contrário." Nesse ponto, estética e memória fundem-se como práticas de resistência e reexistência.

As análises das imagens compartilhadas também permitiram observar mudanças visuais significativas nos corpos dos participantes ao longo do tempo. Não apenas mudanças físicas objetivas, mas principalmente alterações na forma como esses corpos eram performados, apresentados e valorizados pelos próprios sujeitos. A escolha de ângulos, poses, roupas, e a frequência com que se registravam em fotografias demonstram uma crescente apropriação estética de si — uma forma de autopresença que Stuart Hall (2016) reconheceria como parte do processo de construção identitária.

Esses resultados reforçam a hipótese de que o acesso às ações afirmativas não se limita à democratização do ensino superior, mas incide diretamente sobre as subjetividades, provocando reelaborações simbólicas e concretas. A corporeidade negra, antes silenciada, emerge no espaço acadêmico como força crítica, questionando a normatividade dos corpos aceitos e propondo novos modos de existir e significar-se. Como afirmam Miranda (2020) e Silva (2019), a estética, quando insurgente, é também forma de insurgência política.

Os dados aqui apresentados sugerem que a universidade, quando comprometida com a justiça social e a equidade racial, pode se constituir como espaço de reconstrução e valorização das identidades negras. As ações afirmativas não operam apenas sobre os indicadores de acesso e permanência, mas sobre os corpos — e, sobretudo, sobre os modos de sentir, ser e estar no mundo.

6 CONCLUSÃO

Vivemos um tempo em que o corpo, mais do que nunca, tornou-se um campo de batalhas ideológicas, estéticas e políticas. Em meio às disputas por narrativas e pertencimentos, o corpo negro, historicamente objetificado e silenciado, emerge como potência criadora de novos sentidos, insurgências e epistemologias. Se o presente ainda insiste em negar ou mutilar a humanidade dos corpos racializados, o futuro nos convoca a construir outras possibilidades de existência, onde o reconhecimento da diversidade corporal seja a base de uma pedagogia emancipadora e antirracista.

As universidades, enquanto espaços públicos de formação crítica, não podem se furtar ao debate sobre os modos como os corpos são lidos, tratados e performados em seus territórios simbólicos. Não se trata apenas de garantir acesso, mas de interrogar a quem serve o conhecimento produzido, quais corpos são legitimados nos corredores acadêmicos e quais continuam a ser vigiados, silenciados ou domesticados. A corporeidade negra, nesse contexto, não pode mais ser vista como adereço da diversidade, mas como eixo fundante de um projeto pedagógico radicalmente comprometido com a justiça racial.

É preciso, portanto, compreender que a estética também é política. E que, nos gestos cotidianos de vestir-se, pentear-se, tatuar-se ou simplesmente ocupar um espaço com presença e altivez, reside uma pedagogia das imagens e dos afetos, profundamente ancorada nas experiências negras. Essa pedagogia não se aprende nos livros apenas — ela se encarna, se comunica e se insurge.

Nesse horizonte, a continuidade das ações afirmativas deve ser pensada não como concessão, mas como reparação histórica e estratégia de reinvenção das práticas educativas. O corpo negro, quando não apenas incluído, mas respeitado e celebrado, aponta caminhos para outras formas de ensinar, de aprender e de conviver.

Os dados sistematizados ao longo desta pesquisa revelam que as políticas de ações afirmativas, ao garantirem o acesso de jovens negros e negras ao ensino superior, operam não apenas como mecanismos de inclusão acadêmica, mas sobretudo como dispositivos de transformação subjetiva, estética e política. A universidade, quando comprometida com a equidade racial, torna-se não só um espaço de produção de conhecimento, mas também um território de ressignificação do corpo e da identidade negra.

As narrativas coletadas por meio dos Mapas Corporais Narrados demonstram que a entrada na universidade promove deslocamentos simbólicos profundos. Os participantes, ao revisitarem suas imagens e experiências, revelaram processos de autoaceitação e valorização de traços antes reprimidos, acionando estéticas corporais que tensionam os padrões normativos brancos e eurocentrados. O corpo negro, nesse contexto, não é apenas campo de disputa, mas também de criação e potência.

As três categorias analíticas apresentadas — autoafirmação estética, reconfiguração da autoestima e corpo como território político — evidenciam que a transformação provocada pelas ações afirmativas vai além da trajetória acadêmica. Elas apontam para uma reorientação subjetiva e coletiva, marcada pela insurgência estética, pela reabilitação da memória ancestral e pela ocupação dos espaços públicos e simbólicos com novas formas de presença.

Este estudo aponta, portanto, para a urgência de se considerar as dimensões simbólicas e afetivas do corpo como parte indissociável dos processos educativos. Ao invés de uma educação que

apenas instrumentaliza, defende-se aqui uma educação que corporifica, que reconhece as marcas históricas das desigualdades e que se compromete com a construção de subjetividades emancipatórias.

Em tempos de avanço de discursos conservadores e neocoloniais, é imprescindível que a universidade pública fortaleça sua vocação democrática, investindo em políticas afirmativas que não apenas garantam acesso, mas que transformem a cultura institucional, descolonizem práticas pedagógicas e reconheçam a centralidade dos corpos negros como epistemologias vivas. O corpo que resiste, afirma e sonha — esse é, também, um corpo que ensina.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GASTALDO, D., Magalhães, L., Carrasco, C., and Davy, C. (2012). Body-Map Storytelling as Research: Methodological considerations for telling the stories of undocumented workers through body mapping. Retrieved from <http://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-ontario/body-mapping>
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MIRANDA, Eduardo Oliveira. Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2019.
- SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Editorial Medu, 2021.
- SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.
- SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Maria; MEDRADO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. São Paulo: Cortez, 1999.